

SESSÕES DO PLENÁRIO

32ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de abril de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARIA DEL CARMEN (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (58)

A Srª PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Srª PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Maria del Carmen comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 30 e 31/03/2016.

Do Deputado Targino Machado comunicando que, devido a problemas de saúde, esteve ausente nas Sessões no período de 04 a 07/04/2016, conforme

atestado médico apresentado.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Submeto ao Plenário as seguintes atas: ordinárias – 19^a, 20^a, 21^a, 22^a, 25^a, 26^a, ocorridas, respectivamente, nos seguintes dias de março de 2016: 16, 21, 22, 23, 30, 31 e 27^a e 29^a, ocorridas respectivamente nos seguintes dias de abril de 2016: 4 e 6; 2^a sessão extraordinária, ocorrida em 22 de março de 2016; especiais – 7^a e 8^a, ocorridas em 17 de março de 2016, e 9^a, ocorrida no dia 4 de abril de 2016.

Em discussão as atas que acabaram de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovadas.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luiza Maia, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr^a. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados. Sr^a Presidente, V.Ex^a está muito simpática vestida de vermelho, nessa semana em que a resistência precisa ser ampliada. Mas hoje, Sr^a Presidente, não quero falar do golpe, porque não vai ter golpe, vai ter luta, vai ter Lula.

Quero registrar e chamar atenção desta Casa com relação à fala do deputado Isidório. Acho que esta Casa não pode ser conivente com aqueles absurdos, principalmente atingindo às mulheres e a comunidade LGBT da forma como o deputado Isidório fez aqui, ontem, desta tribuna. Eu inclusive tenho vergonha. Quando ele sobe à tribuna eu saio do Plenário, porque acho que isso não tem cabimento. Um discurso machista, conservador, anticonstitucional, preconceituoso, desrespeitador e que nós não podemos tolerar.

Hoje, inclusive, um dos temas de nossa Comissão dos Direitos da Mulher foi essa questão do desrespeito, da palhaçada, do teatro que o deputado Isidório tem feito aqui nesta tribuna. Alguém precisa conter esse moço. Conversei com o presidente, vamos tomar nossas providências, porque esta Casa tem Conselho de Ética e acho que o deputado Isidório não tem o direito de fazer o que ele está fazendo.

Ele começa com a história do Plano Estadual de Educação, que está aqui, pois, quero mostrar a diferença do que ele quer fazer com essa emenda maluca dele. Ele entra por essa esculhambação, esse desrespeito, essa palhaçada que ele faz aqui em cima desta tribuna e não dá para ser desta forma.

Ou alguém enquadra o deputado Isidório ou as mulheres – que têm se sentido constrangidas, agredidas, desrespeitadas... Ele querer desqualificar qualquer ser humano que tenha uma opção sexual diferente da dele. Ainda mais da forma como ele faz aqui. Estamos vendo termos chulos, preconceituosos, desrespeitadores. Precisamos ver como vamos resolver.

Ele hoje não está aqui, mas estou guardando para dar de presente uma Constituição do Estado da Bahia e uma Constituição Federal. Assim, quando ele subir

nesta tribuna com a Bíblia em uma mão, vai ter que colocar na outra mão as duas constituições nossas. Não dá para desrespeitar a nossa lei maior, tanto federal quanto estadual, da forma como o deputado tem feito.

Faço um apelo às deputadas para que não permaneçam no Plenário no momento em que o deputado Isidório subir na tribuna. Ele precisa mudar o discurso, mostrar as divergências, a diferença que ele tem de opinião, que é muito salutar e não vejo nenhum problema. Entretanto, não dá para partir para a baixaria, para a esculhambação, para a desmoralização como o deputado Isidório tem feito, atingido as mulheres e os homossexuais. Não pode ser dessa forma. Ele faz essa palhaçada toda, achando que isso dá mídia. Só que isso não está correto. Esta Casa não pode ser desmoralizada desta forma.

Quero ler para os meus pares o motivo da confusão que Isidório está fazendo.

Nas metas do ensino fundamental, uma das estratégias, presente no item 2.1, diz com muita clareza: (Lê) *“Formalizar procedimentos orientadores, para que o ensino fundamental seja um espaço de ressignificação e recriação da cultura herdada, privilegiando trocas, acolhimento, senso de pertencimento para assegurar o bem-estar das crianças e adolescentes.”*

Olha o que ele quer fazer! Ele quer acrescentar que tem que (Lê) *“(…) ressignificar e recriar a cultura herdada, salvaguardando temas oriundos da sexualidade natural, constituição da família, ideologia de gênero…”* - que é uma expressão que eles inventaram, para tentar desqualificar o debate de gênero, porque não sei qual é essa ideologia de gênero - *“(…) e correlatos. Afinal, a premissa desse debate da sexualidade, da questão da família…”* - diz ele que *“(…) é do pátrio poder.”*, apenas da família. Ainda quer acrescentar: (Lê) *“(…) a plena consciência da presença divina na criação do homem e da mulher.”*

Eu acho que ele não tem esse direito de querer estar acima da lei, de querer fazer com que as pessoas que não acreditam, que são agnósticas tenham que seguir a religião do deputado Isidório. É a postura dele, pelo fato de ser deputado, que vai decidir sobre uma questão tão importante como o Plano Estadual de Educação? No item 2.16, ele quer tirar as palavras “sexualidade” e “sexo” da estratégia para gênero e sexualidade, deixando apenas (Lê) *“(…) estimular a diversidade cultural e religiosa.”*

Esta Casa precisa tomar as providências. Isso não nos ajuda. Sabemos que a prática da política já sofre um desgaste, em função das várias campanhas que a grande mídia tem feito para desmoralizar o exercício da política. E agora temos nesta Casa um dos nossos pares fazendo uma campanha tanto para desmoralizar as mulheres como a comunidade LGBT.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados,

senhores da imprensa, baianas e baianos que nos assistem através da *TV Assembleia*, gostaria de deixar registrada a reunião que aconteceu na Comissão Especial da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, quando recebemos o secretário da Casa Civil, Sr. Bruno Dauster. Ele nos relatou uma série de intenções e providências que o governo do Estado está tomando, para fazer andar algumas obras, como a pretensão de fazer um centro de convenções no Comércio e a ajuda na construção da Ferrovia Oeste-Leste.

Fiz questão de parabenizar o secretário pela iniciativa, assim como o governador. Mas questionei alguns fatos, diante do histórico que temos na obra da Ferrovia Oeste-Leste, já que por diversos anos, por motivos diversos, a obra se atrasa, numa total falta de respeito com os recursos que ali se aportaram e que estavam para se aportar. Até denúncia de corrupção houve com relação a essa obra. Mas não olhando para trás, olhando para o futuro, fiz questão de indagar ao secretário, presidente Maria del Carmen, V.Ex^a estava presente, se havia prazos; porque os baianos estão com pressa. No Oeste da Bahia estamos perdendo de todo o mundo, em produtividade e em competitividade, pela falta dessa ferrovia, que é tão esperada, tão anunciada e foi motivo para tantas campanhas do governo federal e do próprio governo estadual.

Mas o secretário mostrou, numa resposta sincera e honesta, que não há prazos, até porque há só um protocolo de intenções. E mostrou que, se não houver sucesso com relação a esse protocolo de intenções, o governo do Estado terá a intenção de propor ao governo federal uma PPP para solucionar esse problema.

Torço para que aconteça um dos dois. Mas estarei a cobrar, estarei a fiscalizar; porque, se isso for usado, deputado Sandro Régis, mais uma vez, como propaganda atual ou propaganda futura, para promover algo que não vai acontecer, estaremos aqui justamente para mostrar mais uma vez. Mas torço para que aconteça, vamos esperar, não tem prazo.

Falou-se também no Centro de Convenções, importantíssimo para o turismo da Bahia, principalmente para nós soteropolitanos. E, infelizmente, apesar de ele ter dado um prazo de 3 anos para a construção de um novo centro de convenções, que provavelmente se dará no Comércio; nesses 3 anos, deputado Sandro Régis, não haverá nenhum tipo de reforma, pela resposta que ele nos deu. De acordo com tal resposta, está faltando recursos e, apesar de a obra ser necessária, é muito cara. Assim, nesses 3 anos, provavelmente, não teremos centro de convenções aqui em Salvador para receber tantas convenções, tantos eventos que movimentam o mercado hoteleiro e o turismo aqui do nosso Estado.

Eu gostaria de finalizar as minhas palavras: nós focamos os nossos trabalhos, nesta semana, na cobrança ao governador com relação aos concursados da Polícia Civil e aos agentes penitenciários, preocupados com a segurança pública. Mas, também, num momento de muito alvoroço político, num momento de muita sensibilidade política com o que está acontecendo no nosso País, eu queria pedir um pouquinho de serenidade ao governador; porque ele tomou uma decisão, hoje, com relação a algo que pode parecer pequeno, mas é uma decisão muito séria. O

Movimento Brasil Livre iria fazer, como sempre faz, na Barra, a sua movimentação pró-impeachment. Inclusive, ontem – para concluir, deputada Maria del Carmen, 30 segundos –, o major Assemany, responsável pelo comando da Barra, garantiu e falou em público, inclusive noticiado no *Bahia Notícias*, que foi autorizado. E só o Movimento Brasil Livre havia pedido esse movimento lá Barra. Hoje, o secretário de Segurança Pública contradiz o major Assemany, dizendo que não haverá Movimento Pró-Impeachment na Barra, que só poderá haver movimento contra o *impeachment* na Barra.

Isso foi uma decisão do secretário da Segurança Pública e do governador do Estado, uma decisão política em cima de algo que não deveria ter nada a ver com política, é apenas um direito à democracia. Tradicionalmente, os movimentos pró-impeachment são na Barra.

O Partido dos Trabalhadores, através de movimentos pagos, como o MST e a CUT, tenta acabar com esses movimentos e criar confusão na Barra...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- (...) Domingo será um dia de democracia. Se nós, juridicamente, não conseguirmos – para concluir – colocar o movimento que primeiro pediu a proteção do Estado na Barra, não iremos para o confronto; porque esse confronto só tem a dizer para aqueles que querem criar tensão, criar guerra, criar o desespero, criar um estado de instabilidade.

Então, iremos nos reunir em qualquer outro lugar, seja no Rio Vermelho, que é tradicional do PT, seja no Jardim de Alá; mas não na Barra. Não iremos ser fiscados com esse tipo de atitude.

Muito obrigado, Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr^a Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, senhores presentes nas Galerias Paulo Jackson, os que nos assistem pela *TV Assembleia* e nos gabinetes, também gostaria de referir-me à audiência, hoje, do Dr. Bruno Dauster, secretário da Casa Civil, na Comissão da Fiol, comissão que acompanha as obras da Fiol e do Porto Sul, presidida pela nobre deputado Ivana Bastos, que, na sua intervenção, com certeza, falará e detalhará todo o conteúdo da audiência.

Gostaria de parabenizar o governador Rui Costa, o secretário e sua equipe, que estiveram na China. O governador Rui Costa vem, de forma preventiva, tomando medidas para suprir, com certeza, as carências de recursos para grandes investimentos nos próximos 2 anos. Há uma crise internacional que abala a América Latina e o Brasil, mas a China, com a economia mais dinâmica do mundo – 6, 7% é o cenário dos próximos anos – tem interesse na infraestrutura de logística, de biomassa e assim por diante. Portanto, cria uma alternativa para a Bahia continuar desenvolvendo

grandes projetos. Por isso, parabéns ao governador Rui Costa, que, de forma consciente, antecipa e, com certeza, vai viabilizar alternativas junto com o governo federal para essa importante obra.

Gostaria, também, Sr^a Presidente, de dizer que, neste momento em que o Brasil todo se preocupa com o cenário nacional, com uma crise política, nós estamos esperançosos e convictos de que a força popular, a mobilização da inteligência brasileira vai contribuir para barrar as ações golpistas. Tenho absoluta convicção.

Ainda quero referir-me à fala que fiz muito rapidamente ontem aqui que gerou, de certa maneira, um desconforto, até uma imprevisível reação de colegas deputados da Oposição. Na verdade, ao entrar neste ambiente, recebi de uma das lideranças dos concursados um adesivo, com a solicitação de que eu o colocasse no meu peito, um pouco abaixo do peito. E, de forma educada, entrei com esse adesivo. Mas o nobre deputado Leur Lomanto Júnior, na sua intervenção, fez-me, não diria um constrangimento, mas, de forma incisiva, fez parecer que aquilo era uma simulação de minha parte, pois a forma de se manifestar a favor dos concursados seria obstruindo ou fazendo manifestação na porta do governo. Na minha fala, respondi-lhe que a forma de a Oposição ajudar, num caso como esse, é a negociação, a mediação; porque não se trata de projeto de lei, é uma medida do Executivo. O governador Rui Costa já se manifestou favorável. Há tendências de interpretação, no mundo jurídico, ele está encaminhando. Há problemas também orçamentários, mas há a determinação do governador Rui Costa de melhorar a segurança pública, como tem feito. Nesse tempo, com Wagner e com o governador Rui Costa, 12 mil policiais foram incorporados, 2 mil agora do Polícia Civil. Ou seja, é um compromisso do governador.

Eu dizia, portanto, que a forma da Oposição, que tem muitas vezes colaborado, tem contribuído... Lembro aqui do nobre deputado Carlos Gaban, que várias vezes criticava o governo e sugeria medidas, o governo as acatava, como tem feito também aqui o nobre Líder Sandro Régis, que ontem até de certa maneira subiu o tom e a temperatura contra este deputado Zé Raimundo.

Mas, na verdade. A minha intervenção foi no sentido de que colaborar nesse caso aí não é instigar, não é criar um clima de hostilidade dos policiais concursados contra a base do governo, porque o deputado governista trabalha nos bastidores e no caso das negociações, de fato, é o Líder da Situação, Zé Neto, e os Líderes partidários do PSD, do PSL agora, do PT. Enfim, são essas lideranças com a nossa Bancada, e eu faço parte do Colégio de Vice-Líderes. Encaminho as demandas - elas vão para a Casa Civil - para viabilizá-las, até diferentemente dum projeto de lei quando tramita nesta Casa. Aí, se trata de uma medida unilateral, monocrática do governador Rui Costa, cujas decisões e intenções já estão manifestas e expressas em todos os lugares. São públicas, nobre presidente.

Por isso, não entendi a reação exacerbada de alguns colegas da Oposição, que até aqui foram extremamente hostis contra a minha intervenção. Mas sei que foi coisa do momento. No fundo, no fundo todos estes deputados querem na verdade é a solução dos problemas. E ela passa pela negociação, e com a grande participação da Bancada da Maioria. Muito obrigado pela tolerância, nobre presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, TV *Assembleia*, vocês que nos assistem através dela, venho a esta tribuna hoje, já que ontem não tive esta oportunidade devido à sessão ter sido interrompida, porque não poderia deixar de registrar que tivemos na Comissão de Saúde desta Casa nessa terça-feira uma audiência pública importantíssima com respeito ao Dia Mundial da Saúde, e o tema que tratamos foi o diabetes, que já se configura como epidemia mundial silenciosa.

Tivemos a palestra com vários profissionais, como o Dr. Marcelo Liberato. Também uma com a Dr^a Reine Marie Chaves Fonseca, que é diretora-geral do Cedeba. Inclusive fez uma explanação dos 22 anos dessa instituição aqui na Bahia, muito importante. Ela está à frente do trabalho, sempre dedicada. Realmente, conheceu e trabalhou deste a fundação do Centro de Diabetes e Endocrinologia da Bahia. E o que nos chamou a atenção, Sr^a Presidente, conforme o Dr. Marcelo Liberato falou, é que a cada 30 segundos no mundo uma pessoa perde a perna. A perna de uma pessoa é amputada a cada 30 segundos! É brincadeira! Em 30 segundos uma pessoa perde uma das pernas por amputação!

É por isso que queria deixar registrado aqui que, de acordo com especialistas, o nosso alerta deve ser ainda maior quando sabemos que, segundo a OMS, Organização Mundial de Saúde, em países de média e baixa rendas, como é o caso do Brasil, o diabetes avançou em 40% dentro do curto período de 4 anos pra cá.

Também conforme *experts*, essa incidência cresce a cada ano, pois está diretamente ligada ao aumento da obesidade, do sedentarismo e do envelhecimento da população, fatores de risco para o desenvolvimento da doença.

E aí gostaria de chamar a atenção de vocês, que nos assistem através da TV *Assembleia*, para dados que precisam ser avaliados. (Lê) *“Para lembrar dados da última pesquisa feita pelo Ministério da Saúde sobre o tema Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico - Vigitel), os brasileiros com excesso de peso já são 52,5%, o que significa mais da metade da população, sendo que 17,9% apresentam obesidade.*

Configura-se, portanto, um quadro preocupante, pois, quando não realizado o diagnóstico precoce e não tratada, a diabetes pode causar graves males, como Retinopatia (Deslocamento da Retina e Cegueira), Nefropatia (Principal Causa de Insuficiência Renal Crônica) Neuropatia (Diminuição da Sensibilidade nas Mãos e Pés), Pé Diabético, Infarto do Miocárdio e AVC.”

Então, segundo os especialistas que estavam presentes, é muito maior o índice desses dados aqui, também de acordo com a enfermeira que igualmente estava presente lá, ou seja, é uma preocupação. E cada cidadão deve estar atento a fazer seus exames periódicos para trabalhar e se tratar com a prevenção. Aí, cabe aos prefeitos e

aos secretários municipais fazer campanhas chamando a atenção da população, porque realmente é grave. O diabetes é muito grave, e saibam vocês, repito, que a cada 30 segundos uma pessoa perde uma das pernas por causa dela.

Era isso que gostaria de deixar registrado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. aqui presentes, Imprensa, Galerias, hoje neste pronunciamento quero me reportar a um problema que começa a surgir, o qual reputo da maior gravidade. Trata-se dum projeto de lei complementar que tramita na Câmara Federal e tem um nome bonito. É um plano de auxílio aos Estados e ao Distrito Federal, contendo medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Esse plano é parte desse PLC, que está inclusive tramitando em regime de urgência lá naquela Casa.

Quero chamar a atenção dos deputados Sandro Régis, Líder da Oposição, e Zé Neto, Líder da Situação, para o fato de que aqui não se trata duma questão de governo ou oposição. A matéria que é tratada nesse projeto de lei complementar diz respeito ao interesse do Estado como Poder Público. E aí considera os Estados, o Distrito Federal e os Municípios do nosso País. Se aprovada nos moldes em que está, tal proposta simplesmente dá um tiro completo nas autonomias estadual e municipal, sobretudo no que diz respeito às financeiras e orçamentária. A rigor, é um verdadeiro atentado ao federalismo brasileiro!

Então, é um tema que não nos diz respeito nem a esta Casa, mas sim à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Porém acredito, pelo fato de os Estados - e, portanto, o nosso Estado da Bahia - serem afetados, assim como os municípios brasileiros - logo, os nossos baianos também -, que nós deputados desta Casa, tanto Situação como Oposição, temos que nos movimentar no sentido de influenciar e induzir os nossos deputados federais a tomarem o devido cuidado na votação desse projeto de lei complementar. A rigor, mais uma vez repito, atocha os estados, atocha o Distrito Federal e os Municípios. E o pior de tudo é que ninguém mais ninguém menos do que o sempre culpado pelo desmando econômico, orçamentário e financeiro do Estado, em quaisquer dos tempos, é o pobre do funcionário público. Ele é quem sempre paga a conta maior.

E o arrocho que vem no bojo dessa lei complementar que se pretende aprovar em Brasília vai exatamente em cima do servidor público para aqueles Estados que se ajoelharem perante o governo federal.

É através desse projeto que o governo federal tenta impor de forma direta e indireta o mais severo arrocho salarial já aplicado aos servidores públicos na história recente do País. Veda, por exemplo, concessão de reajuste, vantagens e nomeações a qualquer título. Majora – olhe que coisa grave, deputado Luciano Ribeiro – as alíquotas das contribuições previdenciárias dos servidores, como também o patronal.

Na Bahia, por exemplo, me parece que o percentual de alíquota previdenciária para o servidor hoje é 12%. Com essa lei complementar, passa a ser 14%. O governo da Bahia, ou qualquer prefeitura do Estado da Bahia, que paga hoje 22% como parcela patronal, passará a pagar 28%. Portanto é um verdadeiro arrocho nas contas dos estados e dos municípios e no bolso dos servidores públicos da Bahia e do Brasil.

Quero, portanto, fazer um apelo aqui fazer um apelo a todos os deputados desta Casa, independentemente de coloração partidária, de ser de governo ou de ser Oposição, nós temos que tomar uma medida, chamar a atenção dos nossos representantes no Congresso nacional, seja na Câmara Federal, seja no Senado Federal para que os parlamentares da Bahia e do Brasil se irmanem no sentido de derrubar no Congresso Nacional esse projeto de lei que nós podemos classificar como uma quebra do federalismo brasileiro.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão por 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, colegas de imprensa, *TV Assembleia*, telespectadores que acompanham os trabalhos desta Casa, eu gostaria de fazer um apelo aos membros da Comissão de Desenvolvimento Regional, cuja presidência tive a honra de assumir, eu encaminhei para os respectivos gabinetes dos colegas deputados uma solicitação para apresentarem sugestões a fim de elaborarmos uma pauta de trabalho, uma agenda de trabalho em todo o Estado da Bahia. Sugeri indicações e propostas para a realização de audiências públicas.

Na semana passada, não foi possível nenhum encaminhamento em razão da falta de quórum. É lamentável que hoje a falta de quórum se repita, haja vista tantos problemas que vivenciamos na Bahia. Eu tenho um relatório da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do governo do Estado e são dados preocupantes em relação ao que a Bahia vem perdendo em absolutamente tudo. Petróleo, café, a nossa economia abalada, o varejo no Estado da Bahia...

O Sr. Joseildo Ramos:- Melhorou em fevereiro...

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Em fevereiro já foi o efeito *impeachment*, o efeito Temer. Só com essa possibilidade de Dilma sair, a bolsa subiu, o dólar caiu e o varejo aumentou 1,6.

Obrigado, deputado, é somente uma brincadeira, para descontrair.

Eu participei hoje pela manhã, deputada Fabíola Mansur, de uma importante reunião da Comissão de Desporto, presidida pelo deputado Bobô, na qual, graças a Deus, tivemos quórum para deliberar. Estavam lá, além do presidente Bobô, o vice-presidente Manassés, o deputado Pedro Tavares, Líder do PMDB, a deputada Fátima Nunes, do PT, e eu.

Conseguimos algumas deliberações, alguns encaminhamentos nessa reunião. Por exemplo, aprovamos uma importante audiência pública para debatermos o retorno

do Sua Nota é Um Show, programa lançado, deputado Luciano Ribeiro, pelo então governador Paulo Souto, que acabou no governo Wagner. Pernambuco copiou, modernizou e atualizou esse modelo – promovendo algumas modificações –, que faz muito sucesso lá.

O deputado Bobô, sensível, admitiu e votamos. Ele até sugeriu, e nós aprovamos, essa audiência pública, para a qual convidaremos o secretário da Fazenda e outros representantes do governo, presidentes de clubes de futebol, o presidente da Federação Bahiana de Futebol, Ednaldo Rodrigues. É importante destacar que o Sua Nota é Um Show garantia nos estádios de futebol do interior – Feira, Conquista, Itabuna, Ilhéus, Juazeiro, Alagoinhas, enfim, onde havia times disputando o Campeonato Baiano – um público seguro de 5 mil torcedores.

Fiz um apelo também, tendo em vista que o esporte é tão importante nas nossas vidas, para que essa comissão desse atenção aos esportes de quadra – voleibol, basquetebol, handebol, futsal; são essas as modalidades de quadra – e também ao atletismo e à natação. O esporte é extraordinário! Conhecemos experiências com as quais os jovens deixam as drogas. Sem dúvida, o esporte dá uma contribuição extraordinária na vida, na formação dos nossos jovens.

Portanto, agradeço ao deputado Leur Lomanto Júnior, pois foi ele quem me indicou para a Comissão de Desporto, que gosto muito. Já fui campeão de basquetebol pela minha terra, Vitória da Conquista, durante muitos Jogos Abertos do Interior.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez venho a esta tribuna para tratar desses assuntos que estão a afligir a política e a economia do nosso País.

Intransigentemente, tenho me referido à necessidade de que haja permanente manifestação dos companheiros e companheiras, dos deputados e deputadas em defesa intransigente da manutenção do Estado Democrático de Direito.

Uma série de precedentes claros para todos nós afrontaram o devido processo legal, as garantias individuais e coletivas dos cidadãos brasileiros recentemente. Tudo isso tendo como pano de fundo o combate à corrupção.

E aí observamos essa grande hipocrisia que grassa nesse momento agora, além do flerte com a impunidade, a hipocrisia e o flerte com a impunidade.

Observem os senhores que na comissão de admissibilidade do *impeachment* da presidente Dilma, dos 38 votos a favor da recepção, a extrema, a maior quantidade de quem votou é indiciado, está respondendo inquérito, é pessoa que flerta com a impunidade. Observem que as figuras que lideram o processo de *impeachment*, quer sejam tucanas, quer sejam do DEM, quer sejam do PMDB, todas elas estão, no

mínimo, sob suspeita, ou até já viraram réus, a exemplo do presidente da Câmara dos Deputados.

Imaginem os senhores o dia seguinte de uma suposta deposição da presidente Dilma. Quem estará a nos governar? O Michel Temer, contra que pesam suspeitas, indícios seguros, que terá que se municiar de medidas extremas de ajuste fiscal, sem a legitimidade necessária na sociedade brasileira, que o refuta, que não o legitima e que ele não tem, entre a maior parte da população brasileira, nem 78% de aceitação, e o Cunha beira os 88% de rejeição. São essas pessoas que estão vendendo a promessa de impunidade.

E o que será da Lava-Jato? Certamente será amordaçada. E o que será do Ministério Público, que floresceu como peça importante do estado democrático de direito? Será amordaçado. E o que será do Judiciário, que tem afrontado, recentemente, num estado democrático de direito, nesse conluio repressor, jurídico, policialesco contra as conquistas que duramente conquistamos?

O que será o dia seguinte da República brasileira com os algozes de Dilma? Não terão tempo fácil, primeiro porque quem estará a presidir nunca teve um voto para presidente; segundo, é refutado, é rejeitado por 78% da população brasileira, e, diga-se de passagem, por 73% daqueles que foram para a rua pedir o *impeachment*, da classe média, de quem tem renda três vezes maior do que a média do brasileiro, de quem é branco na sua essência. Imaginem os senhores.

Mas, uma lição nos espera, e ela virá como componente indelével da história. Numa crise como essa, a conciliação é prima-irmã do recrudescimento dos posicionamentos mais repressivos, e a história demonstra isso, inclusive na Europa desenvolvida, nos caminhos mais recentes que foram trilhados, dentro da Itália, da França, da Espanha e de Portugal.

Então, são as lições da história que nós temos entre nós, para que não percamos a possibilidade de pogar na carruagem.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, colega Itamar Ribeiro, no setor de Imprensa, senhores que nos assistem nas Galerias, caríssimos expectadores da *TV Assembleia*, quero parabenizar as entidades representativas do comércio da Bahia pela nota em protesto, diante da situação do país, por um comércio mais forte.

(Lê) *“A Associação Comercial da Bahia, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador, a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia – maiores entidades representativas do comércio baiano – estão alarmadas diante da situação política e econômica do país. O Brasil vivencia um momento de impasse político antipatriótico,*

danoso a toda a sociedade, com uma lamentável e inaceitável deterioração institucional.

Este quadro implica em desemprego e queda em larga escala da atividade econômica e das vendas. Motivos estes que, em 2015, implicaram no fechamento de 100 mil lojas no Brasil...” Vou repetir: a crise Dilma Rousseff, em 2015, implicou no fechamento de 100 mil lojas no Brasil. “(...) segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Na Bahia, segundo a Juceb (Junta Comercial do Estado da Bahia), cerca de 5 mil pontos de venda fecharam suas portas.” Vou repetir: no País, na crise Dilma|Rousseff, 5 mil pontos de venda fecharam suas portas. “Infelizmente, as previsões econômicas nos levam a crer que a situação tende a se agravar, o que nos obriga a agir.

Apesar dos esforços das entidades em promover ações que alavanquem as vendas, o comércio baiano está asfíxiado. Os dados da PCCV (Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista) da Bahia comprovam essa realidade: em 2015, o varejo amargou uma queda de 10% em relação ao ano anterior e, mesmo em dezembro, as vendas caíram em torno de 20% ante o mesmo período de 2014.

Diante de tal recessão, temos o dever de cobrar por uma profunda reforma previdenciária, tributária e das leis trabalhistas brasileiras.

Repudiamos qualquer tentativa de dificultar o combate à corrupção no país, e defendemos a rigorosa punição dos culpados, não importa quem seja. De igual forma, repudiamos toda e qualquer manifestação que gere violência e depredação do patrimônio público e privado.

É imprescindível, dentro das regras do estado de direito e da paz social, tentar reverter essa situação dramática, utilizando de todos os instrumentos legais disponíveis, sempre em respeito à Constituição, ou então o futuro do país estará irremediavelmente comprometido.

Queremos um país democrático, plural, inclusivo, com um ambiente de negócios favorável e liberdade para empreender.

Exigimos dos nossos representantes que, mais que os próprios interesses, priorizem o interesse maior do país e da sociedade.

O Comércio exige respeito. Não vamos fechar as portas.”

Quero parabenizar essas entidades por essa manifestação, por esse grito no sentido de chamar a atenção dos nossos representantes, neste momento tão importante de decisão para a vida política deste país. A crise Dilma Rousseff levou 100 mil lojas a fecharem as portas em 2015 e a crise Dilma Rousseff, em 2015, obrigou o fechamento de 5 mil pontos de venda no Estado da Bahia.

Isso é o caos, precisamos dar a volta por cima. Dilma não tem mais condições de guiar este país e nos levar a uma situação que reverta esse caos que leva ao desemprego, que leva o setor produtivo a dias terríveis. O governo se perdeu, está péssima a administração hoje neste país. E isso é o reflexo do que estamos vivendo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, tenho constantemente cobrado do governo do Estado para que priorize a segurança pública no nosso Estado.

Tenho andado pelo interior da Bahia e é impressionante a falta de tranquilidade, hoje, da população baiana em relação à segurança pública. Aonde quer que você vá, qualquer região, as críticas, as cobranças, são uma só: a população não aguenta mais viver trancafiada enquanto os bandidos ficam à solta.

Estive na Chapada Diamantina e a população clama por uma segurança melhor. Estive na região de Jacobina, especificamente no município de Jacobina, e a população clama também por mais segurança, não só na sede do município, mas também nos distritos importantes como os que já citei aqui Caatinga do Moura, Junco, enfim, distritos importantes que não têm o policiamento adequado. Faltam policiais, faltam equipamentos, falta uma melhor atenção, uma prioridade do governo do Estado em relação à segurança pública na nossa região, na região de Jacobina, enfim, na Bahia inteira.

Agora, deputada Fabíola Mansur, V.Ex^a que milita lá, que uma grande base eleitoral na região de Irecê, estive no último final de semana em Irecê e a cobrança também é geral. Quando é que o governo vai acordar para priorizar a segurança pública? Quando é que o governo vai dar uma atenção diferenciada à questão da segurança pública?

Nos municípios nos quais andei na região de Irecê é só isso que a população nos pergunta. Será que a população tem que ficar trancafiada? Será que a população tem que andar amedrontada enquanto a bandidagem está solta e você não vê nenhuma ação efetiva do governo do Estado?

É um governo que não prioriza, deputado Herzem Gusmão, a segurança pública. Veja a questão da nomeação dos policiais civis. Por que não nomeá-los? Estão aptos para o trabalho, foram treinados, o governo gastou recursos para treinar esses policiais e não os nomeia. Alegam que não tem condições financeiras, que a crise econômica diminuiu a arrecadação e que não pode nomear os policiais. E por que não priorizar a segurança pública e deixar de gastar em outras áreas que não são tão cruciais e tão importantes como a segurança pública?

É esse apelo que eu queria fazer mais uma vez ao governo do Estado, chamar a atenção do governo para que se priorize a segurança pública, para que dê a atenção necessária e devida para que a população possa ter tranquilidade. É esse, mais uma vez, o meu questionamento.

Os agentes penitenciários não foram nomeados até hoje. Passaram no concurso público, estudaram, viraram noites estudando, prepararam-se e não são nomeados. Alegam que não tem condições financeiras, mas tem muitos agentes penitenciários contratados pelo REDA, Herzem Gusmão. Será que contrata pelo REDA e não pode

nomear quem fez o concurso público? Quem se esforçou e está apto para exercer a função?

Esse é o governo que a gente vê, o governo que não prioriza a segurança pública, é o governo que cada dia mais, infelizmente, deixa o cidadão de bem sem a devida tranquilidade, sem poder andar nas ruas, fazer suas viagens, ir para o seu lazer, para o seu trabalho sem saber muitas vezes se poderá voltar com saúde, segurança ou com vida.

Então fica aqui, mais uma vez, o meu apelo ao governo para que priorize a segurança pública, para que dê a tenção à segurança pública. Também fica, mais uma vez, o meu pedido para se nomear os quase 800 policiais civis que estão aptos para o trabalho.

E vamos priorizar a segurança pública deixando claro que isso, sim, é o que a sociedade quer, deixar de gastar dinheiro com outras coisas que não são tão importantes quanto proteger a vida do cidadão, como a propaganda. É importante a propaganda? É, mas é mais importante a segurança pública. Ainda mais essa propaganda, muitas vezes uma propaganda que não condiz com a realidade. Na comissão da Fiol, vi, mais uma vez, o secretário querer explicar sobre a Fiol e o Porto Sul, mas são obras que não existem...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Para concluir, deputado.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Para concluir, Sr^a Presidente.

Mas na propaganda do governo do Estado está lá o navio bonitinho, o trenzinho bonitinho, enquanto a população fica sofrendo à mercê da falta de segurança pública.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Sargento Isidório pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Srs. e Sr^{as} das Galerias, Sr^{as} Taquígrafas, todas as mulheres de bem e honradas da nossa Nação, todos os homens de bem e honrados, falei mulheres e homens. A Bíblia Sagrada católica ou evangélica diz o seguinte: “O temor do Senhor é o princípio da ciência, os loucos desprezam a sabedoria e a instrução. Filho meu, ouve a instrução de teu pai e não deixe a doutrina da tua mãe.” Isso está escrito na Bíblia católica e evangélica, no livro de Provérbios, capítulo 1º: “Os loucos desprezam a sabedoria e a instrução.”

Quem me botou neste Parlamento não foi o dinheiro de empresas, não foi o dinheiro partidário, não foi corrupção, quem me deu este mandato foi o povo de Deus, de todas as religiões. O povo católico, evangélico, pessoas de matriz africana, espíritas, guiados pelo espírito de Deus. Tanto é que não saí em televisão, não tenho santinho, diabinho, não tenho *banner*, não fui em palanque, não tenho comitê. Eu sou o único candidato, o único deputado neste Estado que nunca teve um comitê.

Soube que fui ofendido aqui, mas não é a primeira vez. Não vou citar nomes, mas só quero dizer às mulheres desta Nação, falei mulheres, que eu as respeito. Primeiro, sou filho de uma mulher de bem; segundo, sou casado com outra mulher de bem; terceiro, tenho 5 filhas mulheres, uma delas trouxe até aqui, Taiane, que é parecida comigo, e mais dois filhos, sou pai de 7 filhos. Além do mais, queria dizer para as minhas acusadoras - aí não são mulheres, estou falando de deputadas, porque a mulher comum, a mulher normal é uma coisa, a mulher do Parlamento é outra coisa - que elas deveriam visitar as 142 mulheres, a partir dos 11 anos de idade, que estão na minha casa, morando comigo. Neste exato momento, a minha esposa está lá com elas e com minhas filhas. Respeito todas as mulheres, desafio alguém aqui mostrar quando desacatei ou desrespeitei uma mulher. Agora, não vou deixar a doutrina da Bíblia católica e evangélica por causa de ninguém. Se fosse possível existir uma filha de chocadeira, mas não é. Não troco meu Deus por ninguém. Posso deixar de ser deputado, posso deixar tudo que se pensa, mas a Palavra de meu Deus ninguém aqui vai me tirar só porque tem cargo público.

O pior aconteceu quando foi aberto o período letivo do ano passado neste Estado com dois homens se beijando. Botaram um filminho, um videozinho na abertura do ano letivo da Bahia com dois meninos se beijando. Depois o menino chega em casa, diz a mãe, ela joga os pratos no chão, ele pega a Bíblia e diz: meu amigo, você já contou a sua mãe que vamos viver juntos? Você já contou a sua mãe a sua decisão? Não, porque a Bíblia está me matando. Aí tomou veneno. Eu assisti isso, deputado Herzem Gusmão. O engraçado é que pensei que o ano letivo seria aberto com aquele estudante dizendo: mãe, tomei uma decisão, vou ser médico, vou ser engenheiro, vou ser taquígrafo, vou tomar conta da escola, respeitar os professores, vou estudar com dignidade.

O tempo não dá para eu responder, mas trarei as respostas para dar as minhas acusadoras, seja lá quem for, ou aos acusadores, porque de hipocrisia a Bahia e o Brasil estão cheios. Prefiro até ser chamado de chulo, aqui e agora, do que filosofar e aguardar cartilha com homens nas costas de homens dentro das escolas. Cartilha com mulher introduzindo objetos estranhos dentro da vagina da outra dentro das escolas. O meu mandato pertence a Deus. Vamos debater. Respeito a todas as mulheres mães e mulheres Marias, mas falei mulheres. Respeito a todos os homens, homens, homens. Deus criou macho e fêmea, e o que passa disso é procedência maligna, diz a Bíblia católica e a Bíblia evangélica.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr^a Presidenta Maria del Carmen, nobres deputados, membros das galerias, esta é a Bíblia dos que se elegem pelo povo para representá-lo, abençoado, por que não, e sou católica, por Deus. Esta que muitas vezes não vimos aqui para segurar é, para os políticos, o guia, a Constituição Federal,

que no seu capítulo 1º, artigo 1, fala de cidadania, soberania, mas fala da dignidade da pessoa humana. Fala também – estou aqui segurando-a, como muito bem o fez o deputado que me antecedeu – da liberdade de culto, de crença, da igualdade. E quero dizer, também, que esta Casa, que é a Casa do Povo, tem um painel onde estão ali representados Deus, os Orixás, Iemanjá. Todas as crenças são...

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Deus não está ali, não.

A Srª FABÍOLA MANSUR:- Não concedi o aparte a V.Exª, deputado.

(...) abençoadas, todos somos abençoados. Quero dizer que esta Casa tem que defender homens e mulheres, que são seus cidadãos. Não os homens e mulheres de doutrina A, B ou C, mas homens e mulheres que representamos, que têm liberdades e que defendemos a igualdade.

Quando discutimos aqui o Plano de Educação, estamos falando exatamente desses conceitos da Constituição Federal. Não estamos fazendo apologia, como quer crer algumas pessoas que têm a coragem de defender o indefensável perante tantas pessoas que estão em casa nos ouvindo, querendo confundir a cabeça. Porque Deus – e aqui é um estado laico – garante a todos a liberdade de escolha, o livre arbítrio, as decisões individuais. Mas Deus, que abençoa esta Casa junto com os Orixás, não permite a nenhum de nós, seja de orientação sexual, religião, credo, partido político, vir aqui tentar subjugar outros cidadãos por suas orientações e crenças. Porque a Constituição também proíbe que tenhamos qualquer tipo de preconceito e que se torna crime inafiançável.

Na Comissão de Mulheres, que presidimos, ouvimos depoimentos que não podem ser de uma pessoa que pretende ser um pré-candidato a prefeito da Cidade de Salvador e que tem esse tipo de postura numa cidade plural, que é da diversidade e culturalmente rica.

Não podemos ter a confusão de escolhas individuais, o que respeito. Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é, mas ninguém pode vir aqui e dizer que sou menos abençoada ou que um homem ou uma mulher, seja de qual religião ou orientação sexual, raça ou partido político... dizer que não somos todos iguais perante esta Bíblia que é a Constituição Federal. Deputada-presidenta, é um princípio indefensável.

Quando defendemos a manutenção da palavra gênero, que é confundida com a apologia de outras coisas que querem nos impor, quando fazemos a defesa da inclusão da sexualidade no ensino não é apologia ao sexo, e, sim, porque a escola forma indivíduos reflexivos, cidadãos, pessoas solidárias e fraternas, todas abençoadas por Deus e pelos orixás. Forma-os para combater a violência contra a mulher e essa cultura machista, sexista, racista e homofóbica...

A Srª PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Para concluir...

A Srª FABÍOLA MANSUR:- Com sua tolerância, deputada Maria del Carmen.

(...) que está incitando o ódio, esse que vemos em tempos atuais, em que o ódio de diferenças políticas e opinião gera intolerância.

Tudo precisa ser respeitado, deputada.

Nós não podemos usar esta Casa para dar mensagens indefensáveis contra a nossa Bíblia de forma chula, sim, porque determinadas falas aqui mereceriam uma censura da Mesa Diretora. E até se eu não tivesse consideração, porque somos do diálogo, acho que temos que ter compreensão e limite em relação ao que devemos falar aqui.

Aqui não pode ser um palanque ou um teatro eleitoral para garantir voto e visibilidade. Aqui devemos falar sobre a Constituição Federal!...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Para concluir...

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Se é para gritar dessa Bíblia, eu também sei! Aqui, no Estado laico, nesta Casa abençoada por todos esses espíritos de políticos que nos antecederam, não podemos permitir esse tipo de discurso.

Respeito todas as opiniões, inclusive a dele, mas que não tentem nos impor aqui uma atitude antidemocrática, machista, racista, homofóbica sob a ótica de que Deus abençoa a uns e não a outros. Deus abençoa àqueles que fazem o bem para o seu povo, como o povo da Bahia, para o Brasil e que segue sempre a Constituição.

Cada um tem sua religião e segue os seus princípios, e que Deus julgue a todos, mas não aqui, deputada Maria del Carmen.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Para concluir...

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Aqui, nós vamos defender a educação inclusiva, solidária, não machista e nem preconceituosa para todos! É isso! Eu fui eleita pelo povo da Bahia para isso: para defender todas as religiões e a Constituição Federal.

Vou passar a andar, agora, com a Bíblia para dizer: “Viva a Democracia, abaixo à intolerância e o ódio. Respeitem as liberdades. Somos todos iguais, perante a Constituição Federal.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Herzem Gusmão:- Questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Questão de ordem do deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputada, eu gostaria...

Nós estamos vendo um debate acirrado. Nesta semana vamos debater o Plano Estadual de Educação tão importante para a vida de todos os baianos. Em relação à diversidade, questões sexuais e demais preferências, nós iremos lidar com o sofrimento humano, com o comportamento humano, com preferências.

A deputada Fabíola disse algo que o deputado Isidório também conhece: “Deus nos deu o livre arbítrio.”

Precisamos ter maturidade neste momento, porque é um tema polêmico e que vai precisar de muita compreensão desta Casa para que possamos debater. Afinal de contas, somos apenas 63 deputados, são 15 milhões de habitantes no Estado da Bahia, e nós precisamos ter muita calma para debater da melhor maneira o Plano Estadual de

Educação. Já o li, reli, de frente pra trás, de trás pra frente, porque precisamos debatê-lo com conhecimento. Interessante que eu me preparei para os debates que seriam travados terça-feira, com a presença do secretário, mas o secretário se demitiu. Mas nós teremos oportunidade, deputada Fabíola Mansur, deputado Sargento Isidório.

Presidente, nós teremos, realmente, de ter maturidade para debater algo tão importante. O Plano Estadual de Educação é extraordinário, é maravilhoso, e eu espero que não fique no papel. Eu vi lá, inclusive, uma proposta de 7 horas de aula por dia, entre outras inovações. Mas nós esperamos que ele não fique frio, no papel, como outros programas. Não sei se vou lançar a questão de ordem, eu não sei se o Líder, deputado Zé Neto, vai se pronunciar. Deputado Zé Neto?

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Vai. E eu também.

O Sr. Herzem Gusmão:- Porque na questão de ordem eu solicitaria uma verificação de quórum. Mas vamos aguardar o Líder do governo. Obrigado, presidente.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Eu estava no meu gabinete, ouvindo essa polêmica. Para mim, há, tranquilamente, condição de se buscar um texto adequado, do ponto de vista da sociedade moderna, dos princípios que estão sendo, todos eles, elencados. O mundo se abre para uma nova dimensão de sociedade, e ao mesmo tempo existe um sentimento religioso que pode muito bem ser adequado e trabalhado para que possamos, com maturidade, chegar a consensos que não careçam, diria, de um estresse, que não faz outra coisa a não ser nos desviar do acerto.

O Plano de Educação é um plano extraordinário, discutido, a deputada Fabíola acompanhou, o deputado Sargento Isidório também acompanhou, sabe o quanto o Estado vai ganhar, o quanto os nossos jovens e as nossas crianças vão ganhar. Evidentemente que um ponto ou outro precisam ser debatidos, e serão debatidos com a mesma maturidade que os trouxe aqui, porque foram todos eles objeto de consenso absoluto.

Quero saudar a Oposição, que tem tido um posicionamento maduro com relação ao tema. Temos tido o cuidado de conversar com a Oposição, faríamos, ontem, uma reunião com o secretário Osvaldo, porém não foi possível. Fica o compromisso de se fazer essa reunião com o secretário da Educação para que tenhamos esse momento a mais com relação a essa temática, que é importante para a Casa.

Quero dizer da nossa tranquilidade, como Liderança do governo, para conduzir esse tema com serenidade e com a cadência que merece. O processo democrático traz esses elementos de divergência, mas, muito mais do que isso, ele traz também a outra face do processo democrático, que é a de se acertar numa mesa, com diálogo e compreensão.

Queria lembrar, deputada Maria del Carmen, que amanhã, dia 14/04, teremos, a

partir das 8h30min, no Salão do Júri da cidade de Alagoinhas, a sessão que julgará o réu Gabriel Ribeiro Nogueira, acusado de homicídio qualificado contra o vice-prefeito do município de Pedrão, Antônio Alvim Freitas – morreu muito jovem – e seu amigo Antônio Paulo Carneiro de Oliveira. Na época, o réu era prefeito do município de Pedrão e, segundo o que consta na inicial acusatória, foi o principal responsável por essas mortes, ocorridas em 12 de novembro de 1997. A Justiça tem tardado. Espera-se que esse processo tenha um desfecho amanhã.

Consta nos autos que as vítimas foram levadas, sob ameaça de arma de fogo, para um lugar conhecido como Serra Cavada, com os seus veículos tomados, e atingidos com disparos de dois revólveres calibre 38.

Consta também que a causa do crime foi porque o então vice-prefeito Antônio Alvim tomou conhecimento de irregularidades na administração do acusado e também por ter feito denúncias que atingiram alguns vereadores.

Espero que a justiça seja feita amanhã e que a mão da Justiça funcione. A família Alvim é de Feira de Santana, são meus amigos. Gilberto Alvim, irmão da vítima, é uma das figuras mais importantes da categoria de emplacadores e documentadores do País. A família tem sofrido muito com essa situação.

Deixo a nossa manifestação e a nossa expectativa de que haja um desfecho dessa demanda, que perdura há tanto tempo e que precisa ter um ponto final. E que esse ponto final seja da justiça.

A Sr^a PRESIDENTA (Fabiola Mansur):- Certamente a justiça será feita, deputado Zé Neto. Esta Casa conta com isso.

Concedo a palavra à deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr^a Presidenta, deputado Fabiola Mansur, é bom ver uma mulher na Mesa presidindo a sessão, já que não temos nem o direito de estar na Mesa Diretora. Reitero, não há uma mulher na Mesa Diretora nesta legislatura. É impossível que em pleno século XXI a Casa do Povo – numa sociedade em que mais 51% são mulheres e na qual estamos presentes em todas as áreas de conhecimento, trabalho e ação – não tenha nenhuma mulher na sua Mesa Diretora.

A formação desta Mesa é exclusivamente masculina, mostrando a necessidade de avanços. Esperamos conquistar novos espaços também nesta Casa Legislativa, com a ampliação do número de deputadas.

Mas, deputada Fabiola Mansur, queria parabenizá-la pelo seu pronunciamento nesta tarde. Respeitamos o credo de cada um, porque a democracia é convivermos com os diferentes, aceitando as diferenças, as divergências e a posição individual. É inacreditável que alguém queira ainda impor sua vontade, sua posição, sua visão de sociedade aos demais. Precisamos exercitar essa democracia aqui. É fácil falar de democracia, mas a prática da democracia é difícil, muitas vezes. A tendência é sempre querer impor a nossa presença, e isso acontecesse, por exemplo, quando elevamos a voz, quando nos posicionamos de forma extremamente contundente. Também tentamos nos impor pela forma como debatemos.

Portanto, acho que precisamos pensar em construir, de fato, a sociedade que

desejamos. E ela é plural. Temos visto, fora do Brasil, a intolerância religiosa, fato que traz tanta tristeza e ceifa vidas mundo afora.

E nesses dias em que debateremos um importante instrumento, o Plano Estadual de Educação, é necessário que tenhamos tranquilidade suficiente. Mesmo que tenhamos posições divergentes, sejamos capazes de conseguir conciliar e encontrar o caminho adequado que melhor atenda aos interesses da população da Bahia, respeitando a posição de cada um, sem tentar desta tribuna impor vontades, desejos ou posições diferenciadas.

Quero me associar à V.Ex^a e ao deputado Zé Neto que estavam, hoje pela manhã, participando da audiência pública, realizada pela Comissão da Fiol e a Comissão do Porto Sul, com a presença do chefe da Casa Civil, Bruno Dauster, que trouxe as informações para esta Casa referentes aos encaminhamentos que resultaram da última visita à China do nosso governador Rui Costa, colocando para a população, para as empresas, para os empresários e obviamente... Na China a maioria das empresas têm percentual estatal, como foi colocado pela manhã – e os interesses despertados nas diversas empresas que se comprometem –, alguns protocolos de intenções foram construídos.

Quero, muito rapidamente, deputada Fabíola Mansur, responder a uma observação que foi feita, hoje à tarde, pelo deputado Pablo Barrozo quando se referiu ao Centro de Convenções. Ele disse que no Centro de Convenções não estaria sendo feita nenhuma ... Falava do próximo Centro de Convenções a ser construído na área dos Fuzileiros Navais. Falava, também, do Centro de Convenções que não estaria sendo objeto de nenhuma intervenção.

Quero convidar o deputado para visitar as obras que vêm sendo realizadas no Centro de Convenções, inclusive já há o compromisso assumido, há poucos dias, com o Salvador *Destination*, dirigido por Paulo Gaudenzi, com a Associação Brasileira de Odontologia para fazer o congresso internacional no mês de novembro. Para que isso seja realizado é preciso que o Centro de Convenções esteja recuperado. Só para dar conhecimento, já está sendo todo recuperado o Teatro Iemanjá, o ar-condicionado, já há um projeto na Caixa Econômica para climatização do segundo e terceiro pavimentos...

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Para concluir, deputada.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Concluindo, Sr^a Presidente.

(...) Portanto o Centro de Convenções vem sendo recuperado, enquanto passam os três anos que possivelmente serão necessários para elaborar projetos, captar recursos e construir o novo centro. Enquanto isso, continuaremos tendo o existente Centro de Convenções para atender às necessidades do nosso Estado. Principalmente a área do turismo de negócios, de eventos e de convenções.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Obrigada, deputada Maria del

Carmen. As obras desenvolvimentistas e estruturantes para o Estado da Bahia são prioridades para o governo Rui Costa e acho que devem ser defendidas por todos os Srs. Deputados desta Casa, a Casa da democracia, do respeito às liberdades e à igualdade. Aqui não se pode tolerar o preconceito e a discriminação que só geram, deputado Herzem Gusmão, o que vimos ontem em Brasília, um monumento artístico-cultural em homenagem a Oxalá ser incendiado. É isso que nós não queremos ver aqui, temos que promover a solidadriedade, a fraternidade, o respeito às religiões, todas importantíssimas, e também à Constituição Federal.

O Sr. Herzem Gusmão:- Pela ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Herzem Gusmão:- Sr^a Presidente, solicito uma verificação de quórum.

A Sr^a PRESIDENTA (Fabíola Mansur):- Não havendo mais quórum suficiente, declaro encerrada esta sessão, convocando outra para o horário regimental amanhã.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficial

Informamos que as Sessões Planárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.